

# Contabilidade da pesca artesanal enquanto prática situada, oral e ancestral

**Juliette de Castro Tavares<sup>1,2</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0003-1045-6960>

E-mail: juliette.tavares@ufpa.br

**Fernanda Filgueiras Sauerbronn<sup>2</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-7932-2314>

E-mail: fernanda.sauerbronn@facc.ufrj.br

**Girlane Miranda Avelar<sup>1</sup>**

 <https://orcid.org/0009-0004-9727-1495>

E-mail: girlanemiranda08@gmail.com

**Gyovanna Moura de Moura<sup>1</sup>**

 <https://orcid.org/0009-0004-8783-0345>

E-mail: gyomouraaa@gmail.com

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Ciências Contábeis, Belém, PA, Brasil

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em 13/02/2025 – Desk aceite em 25/02/2025 – 5ª versão aprovada em 07/08/2025

Editor-Chefe Acadêmico: Andson Braga de Aguiar

Editora Associada: Angélica Vasconcelos

## RESUMO

O objetivo deste artigo foi compreender como as práticas contábeis são socialmente constituídas e mobilizadas no cotidiano de pescadores artesanais da Ilha do Marajó. A literatura contábil marginaliza os saberes fora dos espaços institucionalizados, especialmente aqueles vinculados à oralidade, à ancestralidade e aos territórios tradicionais. Nesse cenário, ainda são escassas as investigações sobre práticas contábeis em contextos amazônicos, o que impede o reconhecimento de racionalidades plurais e limita o avanço epistemológico da área. A pesquisa amplia o escopo epistemológico da contabilidade, valorizando saberes historicamente silenciados. Ao evidenciar que as comunidades tradicionais organizam suas atividades produtivas segundo princípios próprios de gestão, o estudo contribui para o reconhecimento de formas legítimas de prática contábil ainda pouco visibilizadas, sobretudo em contextos periféricos. O artigo oferece subsídios para repensar a contabilidade em bases plurais, propondo a inclusão de epistemologias locais na pesquisa, na formação profissional e na elaboração de currículos. Contribui, assim, para a crítica à hegemonia racional-instrumental e para o fortalecimento de práticas contábeis sensíveis aos territórios e coletividades. A metodologia utilizada foi uma abordagem qualitativa, com base na história oral como estratégia metodológica e na análise de conteúdo como técnica analítica. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com pescadores artesanais da Ilha de Marajó, respeitando seus modos de vida, linguagens e formas de transmissão de saberes. Identificamos duas categorias analíticas: a contabilidade como saber empírico e adaptativo, e a contabilidade como saber ancestral. Os pescadores mobilizam saberes contábeis próprios, vinculados à oralidade, à experiência e à convivência

Este é um texto bilíngue. Este artigo também foi traduzido para o idioma inglês, publicado sob o DOI [10.1590/1808-057x20252303.en](https://doi.org/10.1590/1808-057x20252303.en). Trabalho apresentado no CINCO – II Congresso Interinstitucional de Contabilidade e Controladoria, dezembro de 2024.

comunitária que cumprem funções de controle, planejamento e organização da atividade pesqueira. Essas práticas se ajustam dinamicamente ao contexto: o ritmo das marés estrutura calendários de captura, por exemplo. Os achados sugerem uma contabilidade situada de estrutura distinta daquelas previstas pelos modelos normativos, articulando saberes empíricos e contextuais à gestão cotidiana. O estudo contribui para o debate sobre a decolonização da contabilidade, reconhecendo formas legítimas de gestão em contextos populares.

**Palavras-chave:** contabilidade situada, saberes tradicionais, pesca artesanal, história oral, decolonização da contabilidade.

#### Endereço para correspondência

**Juliette de Castro Tavares**

Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Ciências Contábeis  
Rua Augusto Corrêa, 01, Campus Universitário do Guamá – CEP: 66075-110  
Guamá – Belém – PA – Brasil

## *Accounting for artisanal fishing as a situated, oral, and ancestral practice*

### ABSTRACT

This article aims to understand how accounting practices are socially constituted and mobilized in the daily lives of artisanal fishermen on Marajó Island. Accounting literature tends to marginalize knowledge originating from outside institutionalized spaces, particularly knowledge linked to oral tradition, ancestry, and traditional territories. Research on accounting practices in Amazonian contexts is scarce, which hinders the recognition of plural rationalities and limits epistemological advances in the field. This study broadens the epistemological scope of accounting by valuing historically marginalized knowledge. By demonstrating how traditional communities organize their productive activities based on their own management principles, the study contributes to recognizing legitimate forms of accounting practice that remain largely invisible, particularly in peripheral contexts. The article provides a framework for rethinking accounting on pluralistic bases and proposes including local epistemologies in research, professional training, and curriculum development. Thus, it contributes to critiquing rational-instrumental hegemony and strengthening accounting practices sensitive to territories and communities. The study employed a qualitative methodology based on oral history as a research strategy and content analysis as an analytical technique. Data were collected through interviews with artisanal fishermen from Marajó Island, respecting their ways of life, languages, and forms of knowledge transmission. Two analytical categories were identified: accounting as empirical and adaptive knowledge and accounting as ancestral knowledge. The fishermen use their own accounting knowledge, which is linked to oral tradition, experience, and community life. This knowledge fulfills the functions of controlling, planning, and organizing fishing activities. These practices adapt dynamically to context; for example, the rhythm of the tides structures catch schedules. The findings suggest situated accounting, which has a structure that differs from that provided by normative models. Situated accounting articulates empirical and contextual knowledge with everyday management. This study contributes to the debate on decolonizing accounting by recognizing legitimate forms of management in community contexts.

**Keywords:** situated accounting, traditional knowledge, artisanal fishing, oral history, decolonization of accounting.

## 1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma prática social que assume diferentes formas conforme o contexto em que está inserida. Mais do que um conjunto de técnicas universais, ela é construída a partir da interação com os modos de vida, os valores e os saberes de cada comunidade (Ahrens & Chapman, 2007; Fukofuka et al., 2023). Compreender a contabilidade a partir dessa perspectiva exige reconhecer que ela também se constitui em espaços cotidianos, onde o saber é construído pela convivência, pela experiência e pela memória.

A literatura crítica tem deslocado o foco da contabilidade centrada em modelos empresariais (Sauerbronn et al., 2024), ampliando o reconhecimento de formas contábeis situadas, relacionadas à oralidade, à experiência e à vida comunitária. Buhr (2011) e Gallhofer e Chew (2000) chamam a atenção para a importância de reconhecer essas formas de contabilidade não como exceções, mas como expressões legítimas de saber. Ao fazer isso, deslocam o foco de uma contabilidade centrada exclusivamente em organizações formais para uma visão mais ampla e plural,

que valoriza diferentes epistemologias. Esse movimento teórico tensiona o universalismo técnico e convida para a escuta de práticas marcadas pela localidade, pela memória e pela coletividade (Sauerbronn et al., 2024).

Nessa perspectiva teórica, a contabilidade também se manifesta em contextos comunitários, onde o cuidado com o território, os ciclos naturais e a vida coletiva estão no centro das decisões. Fukofuka e Yong (2023) e Vidwans e Silva (2023) argumentam que é preciso reconhecer que diferentes contextos geram diferentes racionalidades econômicas e formas de registrar, organizar e tomar decisões, e que essas práticas têm valor próprio, não estando subordinadas a modelos únicos.

Somamos nossos esforços aos de Jayasinghe e Thomas (2009), que, ao proporem a noção de contabilidade enraizada em contextos culturais específicos, e de Vasconcelos (2025), ao falar sobre a virada cultural nos estudos da contabilidade, reforçam a necessidade de considerar os saberes locais para a compreensão do fenômeno contábil. Também nos apoiamos em Mustafa (2009), que sugere interpretar a contabilidade a partir das práticas e dos significados construídos pelos próprios sujeitos, e não apenas pelos referenciais da técnica. Esses aportes teóricos contribuem para ampliar a visão sobre onde e como a contabilidade se manifesta, permitindo reconhecer sua presença também entre grupos sociais que historicamente têm seus saberes invisibilizados.

No Brasil, os pescadores artesanais fazem parte do grupo de povos e comunidades tradicionais reconhecidos por sua relação com o território e por suas próprias formas de organizar a vida social, produtiva e simbólica, conforme Decreto nº 6.040/2007 e Decreto nº 8.750/2016 (Brasil, 2007, 2016). Em comunidades amazônicas, como as da Ilha do Marajó, saberes como a pesca, a coleta e a partilha são aprendidos no cotidiano, a partir da observação e da convivência entre gerações (Fernandes & Aguiar, 2020; Silva et al., 2024). Esses saberes envolvem também formas específicas de organização financeira, controle e planejamento, que se constroem na prática e na oralidade.

Além disso, em regiões como a Amazônia, os caminhos formais de escolarização nem sempre são acessíveis. Isso, no entanto, não impede a existência de práticas organizacionais complexas. Pelo contrário, como destacam Fernandes et al. (2021), o saber construído na experiência cotidiana tem densidade própria e circula por meio da oralidade, da escuta e do corpo. Narayan e Oru (2024) apontam que compreender essas práticas exige abandonar pressupostos universais e buscar alinhamento com as realidades locais. É preciso valorizar outros modos de produção de conhecimento, baseados em experiências encarnadas, e não em normas desvinculadas do contexto.

Seguindo Normyle et al. (2023), argumentamos que é necessário reconhecer essas formas de contabilidade para ampliar o campo e valorizar práticas que, embora distantes dos manuais técnicos, cumprem funções de organização, controle e gestão em seus próprios termos. Assim, buscamos compreender como as práticas contábeis são socialmente constituídas e mobilizadas no cotidiano de pescadores artesanais da Ilha do Marajó.

Este estudo se justifica diante da crescente valorização dos saberes tradicionais nas políticas públicas e no campo acadêmico. Em 2024, o Ministério da Pesca e Aquicultura lançou o projeto “Saberes das Águas”, a fim de conectar os saberes tradicionais à ciência acadêmica e fortalecer as práticas de gestão em comunidades pesqueiras. Ao investigar as práticas contábeis na pesca artesanal amazônica, esta pesquisa contribui teoricamente e pragmaticamente, aproximando a contabilidade dos modos de organização comunitária e inserindo as práticas cotidianas nos debates epistemológicos sobre sua natureza plural.

Embora outras áreas já reconheçam o valor dos saberes tradicionais (Borges et al., 2008), as investigações contábeis que dialogam com esses contextos ainda são limitadas. Como destacam Moreira et al. (2024), os pescadores artesanais mobilizam epistemologias próprias, o que demanda uma contabilidade alinhada aos seus modos de vida. A proposta de Narayan e Oru (2024) de pensar a contabilidade como uma ponte cultural oferece uma base para ampliar esse entendimento.

Este estudo também reforça os esforços teóricos voltados à valorização de epistemologias diversas no campo contábil (Gallhofer & Chew, 2000; Buhr, 2011; Fukofuka & Yong, 2023), especialmente em um cenário marcado por críticas à baixa diversidade da pesquisa contábil no Brasil (Lourenço & Sauerbronn, 2016; Major, 2017; Cintra et al., 2022; Sauerbronn et al., 2024). Nesse sentido, contribui para o reconhecimento de práticas contábeis situadas, construídas no cotidiano e alinhadas às realidades sociais e culturais das comunidades.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para a ampliação do debate sobre a contabilidade como prática social e relacional, em diálogo com autores que defendem a valorização de epistemologias diversas (Gallhofer & Chew, 2000; Ahrens & Chapman, 2007; Fukofuka & Yong, 2023). Ao incorporar também contribuições de pesquisadores brasileiros que estudam saberes tradicionais em contextos amazônicos (Fernandes & Aguiar, 2020; Silva et al., 2024), o estudo reforça a importância do diálogo interdisciplinar para o avanço da contabilidade. Reconhecer essas vozes é fundamental para consolidar um campo contábil mais plural, sensível às realidades sociais e aberto à construção coletiva do conhecimento.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Teorizando Contabilidade, Prática e Memória

A crítica à concepção tradicional da contabilidade, centrada exclusivamente no ambiente empresarial, tem evidenciado que as práticas contábeis também se constituem em contextos sociais atravessados por dinâmicas culturais, políticas e econômicas específicas (Lourenço & Sauerbronn, 2016; Major, 2017; Mahameed et al., 2021; Robson & Ezzamel, 2023; Cintra et al., 2022). Nesse sentido, a contabilidade é compreendida como uma prática social situada (Ahrens & Chapman, 2007), ou seja, parte de um conjunto de práticas sociais e materiais que orientam — e são orientadas por — as ações dos sujeitos. Essa abordagem desloca o foco da técnica normativa para os sentidos que emergem das experiências locais, permitindo reconhecer formas de contabilidade enraizadas em contextos específicos.

Compreender a contabilidade como uma prática situada, em um movimento teórico crítico e de decolonização, significa descentrar seu caráter normativista ou positivista da contabilidade (Sauerbronn et al., 2024). Mais especificamente, implica deslocar de seu lugar central as práticas pretensamente universais e metropolitanas, como forma de combater reducionismos e apagamentos epistêmicos (Lima et al., 2022).

É nessa direção que estudos como os de Gallhofer e Chew (2000) e Vidwans e Silva (2023) têm reforçado ao indicar a necessidade de se considerar os saberes contábeis historicamente marginalizados e de se desenvolver uma contabilidade voltada para os povos originários, que continua severamente sub-representada. Tais pesquisas desafiam as epistemologias eurocêtricas que estruturam o campo contábil. A autonomia, a voz e a participação de grupos tradicionais são vitais para transformar os sistemas contábeis etnocêntricos que desvalorizam os saberes tradicionais e favorecem uma contabilidade empresarial e financeira específica.

Alinhadas a esta perspectiva, pesquisas contábeis realizadas em contextos não ocidentais mostram que as práticas contábeis em comunidades indígenas, como nas Ilhas Salomão, incorporam valores culturais e normas locais como instrumentos de responsabilidade social (Narayan & Oru, 2024). Nessas configurações, a contabilidade vai além do mero registro financeiro, articulando-se a crenças espirituais e costumes locais (Fiorentina & Jumaide, 2024).

Mustafa (2009) reforça que, para compreender tais práticas, é preciso reconhecer a contabilidade como um

saber construído nas interações sociais e nos sentidos atribuídos localmente. O autor propõe que “saber contábil” só adquire significado real quando interpretado à luz das vivências culturais de seus praticantes, o que exige uma escuta atenta às formas de “conhecer” e “ser” próprias de cada contexto.

As dimensões culturais e simbólicas não eliminam as funções clássicas da contabilidade, mas as hibridizam, permitindo sua pluralização a partir de racionalidades locais. Com isso, funções como registrar, controlar, planejar e compartilhar são ressignificadas conforme os sentidos atribuídos nas práticas comunitárias (Jayasinghe & Thomas, 2009; Mustafa, 2009; Heikkilä, 2023).

A concretização dessas formas de contabilidade emerge como parte do fazer coletivo, articulando compartilhamento, decisão e organização cotidiana (Martinez & Himick, 2023). Esses saberes são corporificados em registros orais, contagens mentais e anotações livres, organizados pela convivência familiar, pelas relações comunitárias e pelos vínculos com o território (Finau & Scobie, 2022). Moldam-se por trajetórias de vida, valores locais e redes de confiança, muitas vezes exercidas por sujeitos fora da formalidade profissional (Fukufuka et al., 2023).

Reconhecer essas formas como legítimas não rompe com a tradição do campo, pois práticas semelhantes, baseadas na oralidade, na experiência e na transmissão familiar, são também constitutivas da história da contabilidade empresarial. Casos do século XIX nos Estados Unidos revelam contadores imigrantes que transmitiam sua ocupação aos filhos (Roberts, 2020), enquanto práticas medievais, como as do Banco Medici e de empresas toscanas, evidenciam a centralidade do aprendizado prático e da gestão familiar como fundamentos da atividade contábil (Antonelli & Sargiacomo, 2015). Até hoje, esse caráter social do saber contábil pode ser observado em processos de sucessão em empresas familiares (Hillen & Lavarda, 2020), nos quais o conhecimento circula entre gerações, assim como em comunidades tradicionais.

Essas práticas, ancoradas no cotidiano e mediadas por instrumentos simples, não apenas revelam outros modos de organização contábil, mas também remetem a formas próprias de produção, preservação e transmissão do saber. Nesse sentido, o reconhecimento da contabilidade como uma prática situada, moldada por relações sociais e culturais específicas, aproxima essa prática da noção de memória como estrutura de organização do saber nas comunidades tradicionais. Assim, em alinhamento às abordagens que entendem a contabilidade como



uma prática situada, convocamos autores locais para compreendermos como essas práticas se constituem e se reproduzem por meio de formas não tradicionais de comunicação, ensino ou normatização.

Nas comunidades amazônicas, os saberes não se constroem por meio de normas escritas ou sistemas formais, mas emergem da experiência, na oralidade e da transmissão intergeracional (Fernandes, 2009; Fernandes et al.; 2021). São práticas vivas, enraizadas em cosmologias próprias, nas quais a ancestralidade e o território formam um sistema integrado de conhecimento (Fernandes, 2009; Shiraishi Neto et al., 2018; Durões & Ramos, 2021).

Essa lógica do saber que se transmite pelo fazer, presente na história da contabilidade, também estrutura a aprendizagem em comunidades tradicionais. Atividades como pescar, plantar e produzir são aprendidas no cotidiano e transmitidas entre gerações por meio da oralidade e da convivência (Fernandes & Aguiar, 2020). Vieira et al. (2021) indicam que esse processo se inicia ainda na infância, constituindo-se no seio familiar e comunitário. Sem mediação de modelos formais de ensino (Silva et al., 2024), o trabalho se configura como espaço de aprendizado coletivo e de organização da vida (Caetano & Neves, 2014).

Portanto, reconhecer a contabilidade como prática social e cultural em comunidades amazônicas implica considerar seus modos próprios de produzir e transmitir saberes contábeis, baseados na memória, na oralidade e na ancestralidade. Mesmo invisibilizadas pelas lógicas institucionais, essas práticas organizam a economia e sustentam os modos de vida dos povos ribeirinhos. Essas tradições são dinâmicas e são continuamente atualizadas na convivência e na experiência (Estumano et al., 2022). Os saberes que emergem dessas práticas constituem formas legítimas de conhecimento, enraizadas no território e na coletividade (Tiriba & Fischer, 2015; Buhr, 2011). Ao reconhecê-las, é necessário evitar sua romantização ou reduzi-las à passividade, compreendendo-as como práticas estratégicas de agência e reexistência (Fukofuka & Yong, 2023). Veremos adiante, na seção de metodologia, como estes aspectos serão operacionalizados no presente estudo.

## 2.2. Pesca Artesanal e Contabilidade em Comunidades Tradicionais e Originárias

A pesca artesanal é uma atividade de pequena escala voltada para o consumo familiar e a comercialização local. Ela é realizada com instrumentos de baixa tecnologia, como linhas, redes e pequenas embarcações, segundo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS, 2023). Historicamente, assume diferentes

funções econômicas conforme o contexto regional, sendo uma importante fonte de subsistência, geração de renda e preservação cultural para comunidades tradicionais (Vieira et al., 2021; Oliveira & Alves, 2021; Domingos & Braga Junior, 2024).

Inserida nesse contexto produtivo e sociocultural, a pesca artesanal também mobiliza formas próprias de organização e gestão, das quais emergem práticas contábeis adaptadas às dinâmicas e aos valores das comunidades. Essas práticas nem sempre se baseiam em registros formais, assumindo formas alternativas ligadas à oralidade, à experiência e aos acordos coletivos.

Em uma comunidade pesqueira no Sri Lanka, Jayasinghe e Thomas (2009) demonstram que, mesmo diante de pressões externas, como a escolarização formal e a introdução de instrumentos contábeis padronizados, práticas contábeis baseadas na oralidade, na memória e em acordos sociais continuam sendo mobilizadas. Os autores descrevem esquemas de partilha, crédito informal e distribuição de lucros que funcionam como sistemas de significados, legitimação e poder. A partir da teoria da estruturação de Giddens, mostram como essas práticas moldam a reprodução social e preservam as identidades comunitárias. Trata-se, portanto, de formas legítimas de contabilidade que organizam o trabalho e a gestão da pesca, tal como observado em comunidades amazônicas.

Por outro lado, Pratama et al. (2019) identificaram, ao analisarem pescadores da tribo Using, na Indonésia, o uso de elementos da contabilidade clássica, como regime de caixa, o método Último a Entrar, Primeiro a Sair (*Last In, First Out* - LIFO), e princípios como o conservadorismo e a teoria da agência. No entanto, esses instrumentos são culturalmente apropriados, reinterpretados segundo valores locais e transmitidos intergeracionalmente.

Em contextos distantes das lógicas monetárias formais, Finau e Scobie (2022) analisaram práticas contábeis indígenas durante a pandemia de COVID-19, marcadas pela economia de escambo. Nessas trocas, bens e serviços eram negociados sem o uso de dinheiro, com valores definidos de acordo com as necessidades mútuas e os princípios de reciprocidade e coesão social. Inspirados na ideia de “*old ways and new means*”, os autores argumentam que essas práticas não representam um retorno ao passado, mas sim adaptações criativas de saberes ancestrais frente a novos desafios, questionando a rigidez das definições contábeis.

Esses estudos reforçam que, mesmo em contextos nos quais predomina a oralidade e as trocas não monetárias, as práticas contábeis exercem um papel crucial na organização das relações sociais e econômicas. No contexto amazônico, Oliveira e Alves (2021) mostram como os saberes orais

orientam o manejo e a comercialização do caranguejo, articulando a leitura das marés, o conhecimento do território e os vínculos comunitários.

As pesquisas analisadas identificaram mecanismos como o cálculo oral, a partilha com base em regras sociais, o crédito informal, o regime de caixa, a avaliação de estoque, as relações de agência, os rituais culturais de responsabilidade social, a economia de escambo e os registros baseados na memória e na reciprocidade. Embora distintos dos modelos formais, esses arranjos contábeis se moldam às racionalidades locais e cumprem funções centrais na gestão da pesca e na reprodução de modos de

vida tradicionais. Conforme destacam Fernandes e Moser (2021), a história da Amazônia é marcada pela exclusão sistemática de seus povos, especialmente dos ribeirinhos, cujas práticas econômicas desafiam a lógica produtivista e revelam outras formas de organização do trabalho, da economia e da relação com o território.

Esses elementos, quando tomados como objeto de investigação contábil, nos convidam a observar práticas baseadas na oralidade, nas trocas não monetárias e em organizações culturais próprias — dimensões que serão aprofundadas na próxima seção.

### 3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este estudo tem como objetivo compreender como as práticas contábeis são socialmente constituídas e mobilizadas no cotidiano de pescadores artesanais da Ilha de Marajó. Para alcançar tal finalidade, adotou-se uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos da pesquisa. Conforme orienta a tradição interpretativista em contabilidade (Dey, 2017), enfatizamos a centralidade do contexto e das experiências vividas como fundamento para a construção do conhecimento. Nesta perspectiva, entendemos as pessoas de comunidades tradicionais como sujeitos com agência, e não como objetos desprovidos de poder.

Há uma centralidade da oralidade na construção e transmissão de saberes em contextos tradicionais; portanto, há um vínculo entre saber, experiência e oralidade, que é melhor acessado pela história oral como estratégia metodológica. As narrativas orais incorporam conhecimentos vinculados à experiência e à vivência comunitária, configurando-se como uma estratégia metodológica potente, especialmente em abordagens decoloniais. Nesse mesmo sentido, Fernandes e Aguiar (2020) destacam o papel formativo das narrativas de vida na produção de saberes da experiência. No campo da pesca artesanal, Silva et al. (2024) evidenciam que os conhecimentos são transmitidos por meio da convivência cotidiana, da escuta e da observação das práticas.

Para acessar a contabilidade situada, utilizamos entrevistas com uma compreensão localista (Qu & Dumay, 2011). Nesse tipo de entrevista, as narrativas produzidas são entendidas como relatos situados do fenômeno, ou seja, um encontro social no qual a entrevista não é um canal neutro, mas sim o próprio *lócus* de produção do conhecimento relatado (Holstein e Gubrium, 1997). Para os autores, a entrevista caracteriza a vida cotidiana a partir do que é dito durante a interação entre entrevistador

e entrevistado, abordando temas centrais da vida do entrevistado e suas experiências específicas dentro do seu mundo. Há abertura a fenômenos novos e imprevistos, em vez de se impor estruturas ou categorias prontas, mesmo quando se concentra em temas específicos, como a contabilidade.

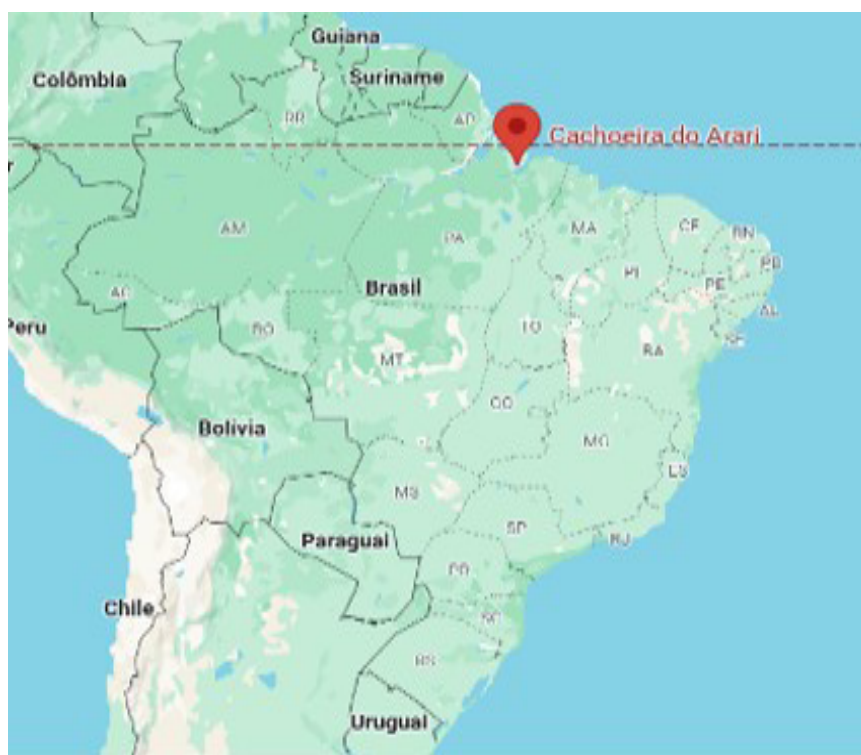
Assim, justifica-se a escolha da estratégia da história oral, operacionalizada por meio de entrevistas, buscando reconhecer as vozes dos participantes como portadores legítimos de conhecimento sobre as práticas contábeis desenvolvidas em seu território.

#### 3.1. Contexto de Investigação e Operacionalização

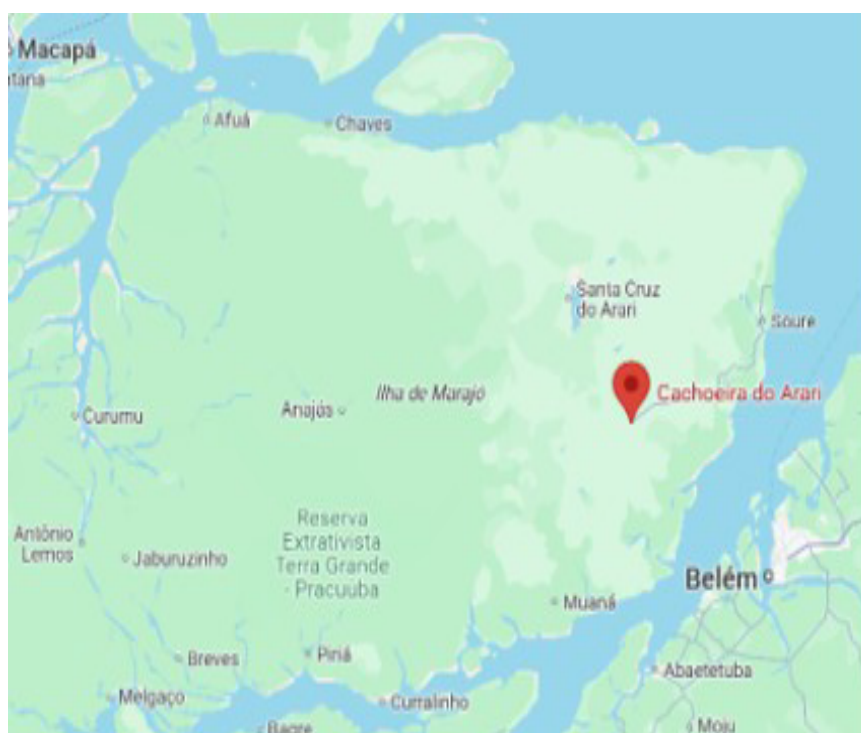
A pesquisa foi realizada na comunidade do Bacuri, localizada no município de Cachoeira do Arari, na Ilha de Marajó, estado do Pará (ver figuras 1 e 2). A região é marcada pela vinculação à pesca artesanal, que é a principal fonte de sustento de muitas famílias locais (Moreira et al., 2024).

Segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (2024), as comunidades pesqueiras brasileiras respondem por mais de 60% do pescado consumido no país, e no estado do Pará, a pesca artesanal representa a principal atividade econômica. No município de Cachoeira do Arari, que possui cerca de 25.000 habitantes, estima-se que haja 6.876 pescadores artesanais.

A comunidade do Bacuri foi escolhida com o objetivo de focar exclusivamente na atividade pesqueira, evitando sobreposições identitárias com outras categorias, como o status de reserva quilombola. Essa delimitação buscou preservar o escopo do estudo, concentrando-se nas dinâmicas específicas da pesca artesanal, sem adentrar debates interseccionais de ordem racial. Com isso,



**Figura 1** Cachoeira do Arari no mapa do Brasil.  
**Fonte:** Google Maps, 2025.



**Figura 2** Cachoeira do Arari no mapa da Ilha do Marajó.  
**Fonte:** Google Maps, 2025.

procurou-se garantir coerência entre os objetivos da pesquisa e o perfil do campo empírico.

O primeiro contato com os participantes ocorreu presencialmente, após um levantamento prévio para identificar os pescadores ativos na comunidade. Foram selecionados nove interlocutores que demonstraram interesse em colaborar com a pesquisa. O principal critério de seleção foi o tempo de experiência na atividade, buscando-se interlocutores com trajetória consolidada na pesca artesanal. O perfil dos participantes é apresentado na Tabela 1.

A produção dos dados ocorreu entre os meses de abril e maio de 2023, por meio de entrevistas presenciais, com duração variando entre 6 e 21 minutos. Os áudios foram gravados com o consentimento dos participantes e transcritos posteriormente. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram apresentados e assinados no início de cada entrevista. O roteiro de perguntas, elaborado com base na literatura e adaptado a partir dos estudos de Morales (2018), Nascimento (2007) e Salgado (2021), foi estruturado em três blocos temáticos, conforme apresentado na Tabela 2.

As entrevistas buscaram capturar aspectos do perfil dos participantes, da caracterização da atividade de pesca e das práticas de organização financeira utilizadas no cotidiano. A escuta atenta e a construção de um ambiente de confiança permitiram o compartilhamento de experiências, saberes e formas próprias de gerir o trabalho e a vida. Esse vínculo foi favorecido pela presença no território, pela linguagem acessível adotada na condução das entrevistas e pelo reconhecimento do valor das narrativas compartilhadas.

### 3.2. Análise e Interpretação dos Dados

Como estratégia de análise dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo em razão da natureza exploratória da pesquisa, que visa realizar uma verificação preliminar do campo. Essa abordagem permite identificar padrões e categorias emergentes, servindo de base para investigações futuras mais aprofundadas. A análise de conteúdo oferece uma estrutura sistemática para organizar e interpretar os dados coletados, contribuindo para a compreensão das nuances e complexidades do fenômeno estudado.

A definição das categorias analíticas seguiu um processo progressivo e interpretativo, fundamentado no referencial teórico da pesquisa. Adotou-se o esquema de codificação e categorização proposto por Saldaña (2009), desenvolvido em etapas sucessivas de organização, agrupamento e refinamento dos dados qualitativos. As entrevistas foram transcritas integralmente, totalizando 51 páginas. A partir dessas transcrições, identificaram-se unidades de registro com base na recorrência temática e na pertinência aos objetivos do estudo. Essas unidades foram codificadas de forma descritiva, originando um conjunto inicial de códigos.

Na etapa seguinte, os códigos foram agrupados por afinidade, com base em similaridades de conteúdo e sentido. Esse processo envolveu, inicialmente, o espalhamento das falas em múltiplos tópicos, seguido por seu reagrupamento em eixos analíticos mais amplos. As unidades de sentido foram, então, reorganizadas em torno de quatro dimensões centrais, que estruturam a próxima seção de análise: (i) aprendizados da pesca;

**Tabela 1**

*Perfil dos respondentes (abril-maio 2023)*

| Identificação   | Idade   | Sexo      | Escolaridade                  |
|-----------------|---------|-----------|-------------------------------|
| Entrevistado 01 | 39 anos | Masculino | 4ª série / Ensino Fundamental |
| Entrevistado 02 | 38 anos | Masculino | 6ª série / Ensino Fundamental |
| Entrevistado 03 | 37 anos | Masculino | 2º ano / Ensino Médio         |
| Entrevistado 04 | 49 anos | Masculino | 4ª série / Ensino Fundamental |
| Entrevistado 05 | 40 anos | Masculino | 4ª série / Ensino Fundamental |
| Entrevistado 06 | 40 anos | Masculino | 1º ano / Ensino Médio         |
| Entrevistado 07 | 37 anos | Masculino | 5ª série / Ensino Fundamental |
| Entrevistado 08 | 31 anos | Masculino | 5ª série / Ensino Fundamental |
| Entrevistado 09 | 39 anos | Masculino | 4ª série / Ensino Fundamental |

**Fonte:** Elaborada pelas autoras.



(ii) formas de organizar a pesca; (iii) saberes financeiros do cotidiano; e (iv) gestão do tempo e das relações. A Tabela 3 sintetiza esse percurso, culminando na identificação de duas categorias analíticas principais: “contabilidade como saber empírico e adaptativo” e “contabilidade como saber ancestral”.

A organização das categorias foi conduzida com atenção à coerência interna e ao alinhamento com os objetivos do estudo. As decisões analíticas foram tomadas de forma colaborativa entre as pesquisadoras, a partir da leitura conjunta das transcrições, da comparação entre

os códigos produzidos e da validação dos agrupamentos temáticos. Essa construção coletiva contribuiu para a consistência e a transparência do processo interpretativo.

Buscou-se assim, em termos analíticos, aumentar a credibilidade (*trustworthiness*) das interpretações por meio de esforços dos pesquisadores para garantir confiabilidade (*reliability*), precisão (*accuracy*), abrangência das falas (*inclusiveness*), ressonância (*resonance*) e coerência (*coherence*), enquanto critérios fundamentais para uma boa pesquisa qualitativa (Perakya, 1997; Tracy, 2010).

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e discute as práticas contábeis utilizadas por pescadores artesanais da Ilha do Marajó, com base nas narrativas orais coletadas durante a pesquisa. A análise está organizada em quatro dimensões, construídas a partir do referencial teórico e das falas dos participantes. Ao longo da discussão, buscamos evidenciar como os saberes contábeis situados emergem da experiência, da oralidade e das relações comunitárias, desafiando modelos normativos e valorizando outras formas de racionalidade.

### 4.1. Contabilidade como Saber Ancestral

Neste tópico, apresentaremos a dimensão da contabilidade como saber ancestral, transmitido intergeracionalmente no contexto da pesca artesanal marajoara. Nesse processo, para além do caráter funcional das técnicas, a contabilidade não é apenas uma ferramenta de gestão, mas uma parte constitutiva da identidade pescadora – um conhecimento vivo, aprendido corpo a

**Tabela 2**  
Roteiro de Entrevistas

| Grupos                               | Pergunta                                                                                                   |
|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Identificação do perfil de pescador  | A principal renda da sua família é a pesca?                                                                |
|                                      | Quantos membros da família são pescadores?                                                                 |
|                                      | Possui embarcação própria ou alugada?                                                                      |
| Caracterização da atividade de pesca | O senhor pesca há quanto tempo?                                                                            |
|                                      | Qual a finalidade da pesca para o ti/senhor(a)?                                                            |
|                                      | Já teve outra atividade que gerou renda para ti/senhor(a)?                                                 |
|                                      | Por que razão começou a trabalhar com pesca?                                                               |
|                                      | Qual sua expectativa quanto à atividade da pesca? (que os filhos continuem, melhoria financeira, outra...) |
| Identificação de práticas contábeis  | O tu/senhor(a) separa as despesas pessoais das despesas da pesca?                                          |
|                                      | Tu/senhor(a) anota e/ou controla os teus/seus gastos pessoais?                                             |
|                                      | Tu/senhor(a) estabelece uma meta de lucro?                                                                 |
|                                      | Tu/senhor(a) segue algum tipo de orçamento ou plano de gastos?                                             |
|                                      | Consigo identificar os custos que pago na compra de um produto?                                            |
|                                      | Ao comprar a prazo, faço comparação entre as lojas de parcelamento/crediário?                              |
|                                      | Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?                  |
|                                      | Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?                         |
|                                      | O que você acredita que seria necessário para gerir melhor suas finanças?                                  |

**Fonte:** Adaptado de Morales (2018), Nascimento (2007) e Salgado (2021).

**Tabela 3**

Categorias e unidades de análise

| Categoria analítica                            | Agrupamento por afinidade temática                                  | Código temático inicial                        | Unidade de registro                                                          |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| Contabilidade como saber empírico e adaptativo | <i>Saberes financeiros do cotidiano</i>                             | Gestão informal e familiar do dinheiro         | - Gestão empírica familiar<br>- Autogestão                                   |
|                                                |                                                                     | Controle de despesas e registro informal       | - Registro informal<br>- Controle parcial<br>- Memorização de gastos         |
|                                                |                                                                     | Autonomia e resiliência financeira             | - Autonomia financeira<br>- Saber prático<br>- Adaptação contínua            |
|                                                | <i>Aprender a gerir o tempo</i>                                     | Definição de metas e previsibilidade variável  | - Meta variável<br>- Previsibilidade sazonal<br>- Incerteza econômica        |
|                                                | <i>Contar, separar, prever: formas de organizar a pesca</i>         | Impacto das perdas e imprevisibilidade         | - Risco e prejuízo<br>- Perda de materiais                                   |
|                                                |                                                                     | Planejamento e controle dos gastos essenciais  | - Planejamento de gastos<br>- Controle essencial<br>- Priorização financeira |
| Contabilidade como saber ancestral             | <i>Aprendizados da pesca: saberes que correm no sangue e no rio</i> | Início precoce na prática pesqueira            | - Início na atividade                                                        |
|                                                |                                                                     | Transmissão familiar de saberes                | - Processo de aprendizado                                                    |
|                                                |                                                                     | Pesca como atividade cultural e comunitária    | - Legado cultural<br>- Legado familiar                                       |
|                                                |                                                                     | Saber contábil ancestral como fonte de orgulho | - Orgulho                                                                    |

**Fonte:** Elaborada pelas autoras.

corpo com o ofício e com o território. Os relatos mostram que a contabilidade é um saber incorporado desde a infância, no convívio com os pais e os avós, e enraizado na oralidade, no afeto e na experiência coletiva.

#### 4.1.1 Aprendizados da pesca: saberes que correm no sangue e no rio

A trajetória dos pescadores artesanais da Ilha do Marajó revela que o ingresso na atividade pesqueira ocorre ainda na infância ou adolescência. “Comecei a trabalhar desde os 12 anos” (Entrevistado 05) e “desde os meus 8 anos [...] faz tempo” (Entrevistado 08) são relatos que demonstram como a pesca se impõe precocemente como um caminho possível — ou até mesmo o único — diante da ausência de oportunidades educacionais e da necessidade de sustento. O Entrevistado 04 recorda: “O estudo não tinha essa facilidade, né? Aí eu prefri opinar pra pesca”.

Mais do que uma escolha pragmática, a pesca se apresenta como uma herança socialmente construída. Muitos dos pescadores entrevistados são descendentes de famílias pesqueiras, o que aponta para um processo de transmissão de saberes que ocorre por meio da convivência,

da observação e da prática. “Isso aí já vem de família, né? O tempo do avô, o papai, meus tios [...] a gente já cresce vendo eles fazerem” (Entrevistado 09). Esse processo, enraizado no território e sustentado pela oralidade, conforme mostram Fernandes et al. (2021), Durões e Ramos (2021) e Oliveira e Alves (2021), caracteriza o modo de aprender em comunidades amazônicas.

A pesca, portanto, assume múltiplos sentidos: é trabalho, sustento, identidade e, por vezes, lazer também. “No caso é mais pra se manter, né? E tipo assim, por diversão também um pouco [...] porque quando a gente tá lá, pra gente é uma diversão também” (Entrevistado 07). Essa sobreposição aproxima-se da ideia de contabilidade como prática social situada (Ahrens & Chapman, 2007), inseparável da experiência de se viver em comunidade (Holstein & Gubrium, 1997).

Nesse sentido, o aprendizado da pesca não se separa do aprendizado de formas básicas de organização e controle. O saber técnico, o saber do rio e o saber da gestão caminham juntos. Como destaca Roberts (2020), a aprendizagem prática tem um papel central mesmo em contextos históricos da contabilidade empresarial. No caso marajoara, é possível afirmar que, junto com as

técnicas da pesca, os pescadores aprendem a administrar seus recursos e a tomar decisões com base em uma racionalidade construída no fazer.

Ainda assim, esse saber herdado não está imune às dificuldades impostas pela atividade. Os entrevistados relatam os desafios enfrentados na pesca: “*é uma classe meia sofrida*” (Entrevistado 02); “*pesco para o sustento da família, pra dar um, quem sabe, um futuro melhor pros meus filhos*” (Entrevistado 01). Tais falas revelam um dilema: a pesca sustenta, mas também limita; é ofício e obstáculo. A contabilidade, aqui, participa desse dilema: é ferramenta de subsistência e, ao mesmo tempo, marcador de limites.

Por isso, para alguns pescadores, a continuidade da tradição não é desejável: “*os meus filhos eu num quero, né? Esse futuro não*” (Entrevistado 02). Essa ambivalência expressa uma tensão estrutural entre o reconhecimento do saber herdado — vital para a gestão da pesca — e o desejo por condições de vida que esse saber, por si só, não garante.

Ainda assim, é inegável que o saber contábil emerge integrado ao cotidiano da pesca, sendo aprendido com os pais, com os mais velhos, no corpo a corpo com o ofício. Tal como propõem Jayasinghe e Thomas (2009) e Mustafa (2009), trata-se de uma contabilidade situada e culturalmente informada, que não se dissocia da vida em comunidade, entendida como o entrelaçamento entre ofício, convivência e território, em diálogo com a perspectiva de Finau e Scobie (2022) sobre saberes adaptativos e dinâmicos.

Ao analisar as narrativas sobre o início da vida na pesca, vê-se que os saberes tradicionais e os saberes contábeis não surgem como esferas separadas, mas como partes de uma mesma aprendizagem prática e intergeracional. A contabilidade, nesse contexto, não é ensinada em sala de aula, mas incorporada ao cotidiano da pesca como uma prática adaptativa, relacional e situada na experiência coletiva.

Além do caráter funcional da transmissão de saberes, os relatos evidenciam que o aprendizado contábil também é uma prática afetiva e identitária. Ao aprenderem com os pais ou avós a manejar a pesca, os pescadores também absorvem modos de pensar e de organizar a vida, como o controle dos ganhos, a divisão dos recursos e a atenção aos gastos. Assim, a contabilidade emerge como parte do que significa ser pescador, um saber que se aprende vivendo, no entrelaçamento entre afeto, necessidade e pertencimento — um processo que remete à aprendizagem sensível e oral, descrita por Bosi (1994) e Fernandes et al. (2021), e que se afirma como resistência epistemológica à razão instrumental dominante (Vidwans & Silva, 2023).

## 4.2. Contabilidade como Saber Empírico e Adaptativo

As práticas observadas na pesca artesanal marajoara expressam, simultaneamente, dimensões de um saber empírico e adaptativo. O saber empírico é expresso na forma como os pescadores constroem sua gestão financeira a partir da experiência vivida, do aprendizado oral e do exercício cotidiano da atividade, sustentado por observação, memória e convivência intergeracional. Já o saber adaptativo se manifesta na forma como os pescadores enfrentam a instabilidade da pesca, recorrendo às suas práticas contábeis para ajustar-se às variações climáticas, à sazonalidade e às exigências da vida comunitária. Consiste em uma capacidade de aprender com as incertezas, planejar reservas para o inverno e cortar desperdícios.

### 4.2.1. Contar, separar, prever: formas de organizar a pesca

No cotidiano da pesca artesanal, a gestão financeira emerge como uma extensão natural da própria organização da vida. Os pescadores assumem a responsabilidade de administrar seus recursos, separando as despesas pessoais das despesas relacionadas à atividade pesqueira: “[...] *tem que separar pra num... num confundir [...] isso aqui é despesa do barco, é diferente da minha despesa*” (Entrevistado 07). Essa distinção revela uma compreensão intuitiva, mas essencial, da contabilidade como instrumento de organização e planejamento.

Embora nem todos formalizem seus registros, o controle financeiro está presente em formas adaptadas ao contexto: “[...] *era obrigado a notar, né? Pra ter aquele controle, o que foi gasto*” (Entrevistado 07). Nesses casos, a memória, a oralidade e a experiência substituem os registros formais, funcionando como mecanismos de controle e planejamento contábil, conforme descrito por Jayasinghe e Thomas (2009), que observaram práticas semelhantes em comunidades pesqueiras no Sri Lanka. Os pescadores, em sua maioria, dominam o alfabeto e as operações matemáticas básicas, o que permite o uso de anotações simples, embora os registros orais predominem. O acesso a tecnologias digitais é limitado, o que reforça a centralidade da oralidade e da experiência na organização contábil cotidiana.

A ideia de meta de lucro aparece nas falas como uma expectativa, ainda que imprecisa: “[...] *a gente tem uma meta assim, né? De... de ganhar um dinheiro bacana*” (Entrevistado 07), ao mesmo tempo em que se reconhece a instabilidade da atividade: “[...] *não... até porque nossa renda, ela num tem lucro fixo [...] depende da pescaria mesmo*” (Entrevistado 02). Esse movimento

entre previsibilidade e incerteza exige dos pescadores habilidades de gestão que são aprimoradas com a experiência. Essa construção prática do saber contábil reforça a compreensão de Ahrens e Chapman (2007) de que a contabilidade é uma prática social situada, organizada a partir das rotinas e dos significados do cotidiano.

Finau e Scobie (2022), ao estudarem práticas contábeis em contextos indígenas, mostraram como a racionalidade contábil se ajusta à sazonalidade, ao ambiente natural e à necessidade de reciprocidade. Algo semelhante ocorre na pesca marajoara: os pescadores aprendem, com o tempo, a prever quanto vão gastar e quanto podem lucrar em determinadas épocas do ano. “A gente já tem aquela mentalidade de quanto vai ficar aquele dinheiro gasto” (Entrevistado 07), comenta um dos entrevistados.

A racionalidade contábil, nesse contexto, não está centrada na maximização do lucro, mas na sustentabilidade da atividade e na manutenção da vida familiar. A prática de cortar gastos desnecessários e de pesquisar preços antes de comprar revela uma gestão cuidadosa e consciente: “[...] a gente vê onde é que tá mais barato [...] pra sair mais barato um pouco pra gente” (Entrevistado 08). Tais estratégias reafirmam o que Narayan e Oru (2024) chamam de contabilidade como prática moral e social, vinculada não apenas à técnica, mas também às condições materiais e às relações comunitárias. Mustafa (2009) também sustenta que o saber contábil ganha sentido quando interpretado à luz das vivências e dos valores culturais dos praticantes.

Portanto, ainda que distantes dos padrões da contabilidade formal, os pescadores demonstram um conjunto de práticas que cumprem funções clássicas da contabilidade, como planejar, registrar, controlar e decidir. Essas práticas são moldadas pelas especificidades do contexto local e pelas experiências acumuladas, reafirmando a contabilidade como um saber prático, situado e culturalmente informado.

A separação entre despesas pessoais e da pesca, a memorização dos custos e os registros orais expressam mais do que meras ações técnicas: revelam uma lógica de cuidado, distinção e responsabilidade. O ato de “não confundir” os gastos também é um modo de afirmar fronteiras entre o coletivo e o individual, entre o trabalho e a casa. Essa distinção carrega um sentido ético, no qual a contabilidade opera como uma linguagem relacional que organiza o convívio e traduz valores aprendidos no cotidiano (Jayasinghe & Thomas, 2009).

O calendário oficial do segurodefeso suspende a pesca nas regiões amazônicas entre fevereiro e maio, coincidindo com a fase de cheia do rio. Não por acaso, os pescadores distinguem o “verão” (de maio a janeiro), época de maior

esforço pesqueiro, do “inverno” (de fevereiro a maio), quando recorrem às reservas financeiras mencionadas acima. A articulação entre o ciclo hidrológico, a proibição legal e as práticas de poupança corrobora a interpretação de que a contabilidade local se ajusta às variações sazonais.

#### 4.2.2. Saberes financeiros do cotidiano – “A consciência é a isca que atrai bons resultados”

Mesmo sem formação técnica em finanças, os pescadores artesanais demonstram possuir estratégias e percepções claras sobre a gestão de seus recursos. Muitos avaliam positivamente sua própria capacidade de lidar com o dinheiro. “Eu trabalho todos esses anos [...] então a gestão é certa, é boa [...] eu acho excelente”, afirma o entrevistado 03 com segurança. O entrevistado 07, embora reconheça dificuldades pontuais, reforça: “Mas eu tenho... eu tenho aquele controle”.

Esses relatos revelam uma consciência construída a partir da experiência prática, o que se alinha à noção de saberes empíricos discutida por Fernandes e Aguiar (2020) e Silva et al. (2024). Em contextos nos quais o ensino formal é limitado, os pescadores constroem seu repertório financeiro observando, testando e adaptando decisões ao longo dos anos. Mustafa (2009) destaca que o saber contábil adquire sentido real quando interpretado a partir das vivências culturais dos sujeitos, como ocorre nesses relatos.

Além do controle, emerge uma preocupação constante com a sustentabilidade da atividade. Muitos entrevistados associam uma boa gestão ao corte de desperdícios. “Às vezes... a pessoa tem um dinheiro na mão e não sabe o que fazer. Tá gastando com besteira. [...] Então... eu acredito que seja isso... Não desperdiçar” (Entrevistado 09). A noção de “não gastar com besteira” vai além da economia doméstica, revelando uma racionalidade orientada pela eficiência e pela preservação dos meios de vida.

A sazonalidade da pesca exige um planejamento financeiro adaptado às variações do clima e da produção. “[...] esse dinheiro que a gente vai ganhando na pescaria a gente vai fazendo o controle pra se manter também no inverno” (Entrevistado 08). A fala explicita a preocupação em constituir reservas financeiras destinadas ao período do defeso (de fevereiro a maio), quando a pesca é legalmente interrompida. Esse tipo de gestão, baseado na antecipação de dificuldades e na intenção de criação de reservas, corresponde a um modelo de racionalidade prudencial, sensível às incertezas da natureza — algo que Finau e Scobie (2022) também identificaram em comunidades indígenas do Pacífico.

Apesar dessa *expertise* cotidiana, há um reconhecimento de que melhorias são possíveis. “Economizar mais...



*eu acho que deveria economizar um pouco mais certas coisas*”, admite o entrevistado 05. Esse reconhecimento das próprias limitações é, paradoxalmente, sinal de maturidade e abertura à aprendizagem contínua — um aspecto que também remete à ideia de contabilidade como prática reflexiva e adaptativa (Narayan & Oru, 2024).

Assim, o que se observa não é uma ausência de racionalidade contábil, mas sim a presença de uma racionalidade situada e empírica, diferente daquela formalizada em manuais técnicos. Trata-se de uma contabilidade vivida, que combina atenção, memória, esforço e intuição, estando, por isso mesmo, profundamente ancorada no cotidiano e nas necessidades locais. Vidwans e Silva (2023) defendem a legitimidade dessas epistemologias práticas, encorpadas na experiência, como formas de conhecimento pleno.

A gestão financeira, marcada por decisões conscientes sobre gastos e economias, revela uma racionalidade orientada pela prudência e pelo equilíbrio. Ao afirmarem que “a consciência é a isca que atrai bons resultados”, os pescadores associam a contabilidade a uma postura de atenção e sabedoria. Esse vínculo entre gestão e consciência evidencia que, nesse contexto, controlar os recursos também é um exercício moral, uma forma de proteger a família e manter a estabilidade diante das incertezas da vida ribeirinha. Como destacam Narayan e Oru (2024), a contabilidade em contextos tradicionais se apresenta não apenas como técnica, mas também como uma prática moralmente informada. Nesse sentido, reafirma-se a compreensão de Ahrens e Chapman (2007) de que a contabilidade é uma prática social, enraizada nas interações cotidianas e nas valorações culturais locais.

#### 4.2.3. Aprender a gerir o tempo – “Não basta pescar, é preciso saber gerir.”

A experiência acumulada ao longo dos anos é uma das principais fontes de aprendizado na gestão da pesca artesanal. Para os pescadores, o saber não vem de cursos ou treinamentos, mas da prática diária, da observação e do convívio com os mais velhos. “Foi mais em relação à pesca. Porque a gente vai... vai aprendendo [...] os pais da gente vai passando experiência e a gente vai aprendendo” (Entrevistado 07). Essa forma de aprendizado remete à ideia de saberes corporificados e transmitidos oralmente — saberes que se constroem no corpo a corpo com a realidade, como apontam Fernandes et al. (2021) e Bosi (1994).

O tempo vivido, nesse contexto, é mais do que apenas uma dimensão cronológica: é também um tempo de formação, no qual se aprende a administrar não apenas o dinheiro, mas também as relações e os ciclos da natureza.

*“Eu trabalho todos esses anos [...] e eu trabalho eu acho que 8 anos só com uma equipe”* (Entrevistado 03), comenta um pescador, evidenciando que a gestão do tempo e das pessoas é um aprendizado contínuo, moldado pela prática e pelas relações.

Mesmo os que demonstram confiança na gestão reconhecem que há espaço para aprimoramento. “*Até aqui tá bom, né? Não sei daqui pra frente se não vou aprimorar mais, né?*” (Entrevistado 07). Esse desejo de melhorar reflete uma postura ativa e aberta ao aprendizado, que se alinha à concepção de contabilidade como prática reflexiva e situada (Narayan & Oru, 2024). Tal como defendem Ahrens e Chapman (2007), esse saber surge da interação entre o contexto social e as práticas cotidianas, e não a partir de um conhecimento técnico formalizado.

Os entrevistados apontam também a importância do apoio externo, especialmente de cooperativas ou programas de capacitação, para aprimorar sua gestão. “*Se a gente tivesse uma cooperativa que viesse nos dar suporte [...] seria melhor*” (Entrevistado 04). A presença de iniciativas estruturadas poderia não apenas fornecer conhecimento técnico, mas também fortalecer a autonomia dos pescadores, respeitando seus modos próprios de aprender e gerir.

As dificuldades enfrentadas no dia a dia da gestão também foram destacadas. Além dos custos com manutenção e materiais — “*a maior dificuldade é [...] com o gasto da manutenção da embarcação*” (Entrevistado 02) —, os pescadores mencionam desafios nas relações de trabalho e na confiança entre os companheiros. “*Uma das maiores dificuldades é companheirismo [...] porque nem todo mundo é confiável*” (Entrevistado 09). Isso mostra que a gestão envolve não apenas números, mas também pessoas, afetos e redes de confiança.

Portanto, aprender a gerir, no contexto da pesca artesanal, significa muito mais do que dominar técnicas. Significa desenvolver uma inteligência prática e relacional, construída na experiência, na observação e na escuta dos mais velhos. Trata-se de um saber que articula o tempo da vida com o tempo da gestão, e que revela a contabilidade como uma prática afetiva, comunitária e situada.

Os relatos revelam que aprender a gerir é também aprender a conviver, respeitando o ritmo das águas, das pessoas e do trabalho. As dificuldades relacionadas à confiança e à cooperação mostram que a contabilidade não se limita aos números, mas se estende às relações. Assim, a gestão do tempo e dos recursos emerge como um saber comunitário, que integra afetos, memória e compromisso com a continuidade da vida coletiva, tal como propõem Mustafa (2009) e Roberts (2020), ao tratarem da contabilidade como uma prática incorporada à experiência e às interações sociais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como as práticas contábeis são socialmente constituídas e mobilizadas no cotidiano dos pescadores artesanais da Ilha do Marajó. Partimos do pressuposto de que o conhecimento contábil não se restringe ao ambiente institucionalizado. Ao longo da análise, foi possível identificar formas de contabilidade enraizadas na experiência, na oralidade e na relação com a natureza e com a coletividade.

O grupo analisado neste estudo foi composto por nove pescadores artesanais da comunidade do Bacuri, todos do sexo masculino, com idades entre 31 e 49 anos, e com baixa escolaridade. Essa delimitação refletiu a realidade predominante na comunidade e buscou capturar a experiência acumulada na pesca artesanal. Reconhece-se, contudo, que estudos futuros podem se beneficiar de uma abordagem com maior precisão sociodemográfica e diversidade de perfis, ampliando o escopo comparativo dos achados.

As práticas contábeis observadas neste estudo articulam saberes intergeracionais, a organização do trabalho e dos recursos, controle de gastos, planejamento sazonal e uso consciente do dinheiro. A racionalidade que delas emerge é situada, relacional prudencial e moralmente informada, conforme também foi identificado nas pesquisas de Jayasinghe & Thomas (2009), Finau & Scobie (2022) e Narayan & Oru (2024). Ao reconhecer a contabilidade como uma prática situada, emergiram duas categorias analíticas como contribuição teórica: a contabilidade como saber ancestral e a contabilidade como saber empírico e adaptativo.

Essas práticas são ancestrais, porque são herdadas de gerações anteriores, transmitidas oralmente no convívio familiar e enraizadas na relação com o território e com os ciclos naturais; são empíricas, porque se forjaram na experiência cotidiana, no aprendizado pelo fazer e na observação atenta do trabalho e da vida comunitária; e são adaptativas, porque funcionam como instrumento de adaptação às variações sazonais, às incertezas da pesca e às exigências da subsistência local.

Ao reunir as dimensões empírica e adaptativa das práticas contábeis mobilizadas pelos pescadores da Ilha do Marajó, este estudo evidencia que o saber contábil emerge não apenas da experiência cotidiana, mas também que os pescadores recorrem às práticas contábeis para se ajustarem às condições do contexto socioeconômico e ambiental. Trata-se de um conhecimento forjado na prática que é empírico, porque se constrói no exercício do ofício e no aprendizado oral, e adaptativo, porque

responde às variações climáticas, às sazonalidades da pesca e às instabilidades econômicas.

Essa tríade evidencia que, nesse contexto, a contabilidade não se restringe a uma técnica neutra, mas assume uma forma viva, situada e relacional: um saber enraizado na memória coletiva, informado por valores comunitários e continuamente ajustado às condições do presente. Ao integrar essas três dimensões, o estudo oferece uma resposta abrangente à pergunta de pesquisa, demonstrando que os pescadores constroem e transformam seus próprios modos de gerir, controlando e planejando de forma coerente com suas realidades, necessidades e formas de existir. Ao reconhecer essas práticas como legítimas formas de gestão, o trabalho alinha-se às perspectivas críticas e decoloniais, abrindo espaço para a escuta de outros saberes — saberes que brotam da lama, da rede, do remo e do tempo das marés.

Além disso, os achados sugerem que, mesmo na ausência de registros formais, as práticas contábeis identificadas operam como formas de controle e planejamento orientadas para o equilíbrio, a prudência e a continuidade da atividade. Nesse sentido, essas práticas contribuem para a sustentabilidade da pesca artesanal, ao fortalecer a autonomia econômica, preservar as relações sociais e alinhar o uso dos recursos às condições do ambiente e aos valores comunitários.

Quanto às limitações da pesquisa, destaca-se a dificuldade de acesso aos participantes durante o período das entrevistas, devido às intensas rotinas de trabalho e à ausência de meios digitais de comunicação. Além disso, como as entrevistas foram realizadas na fase da pesca ativa, não houve relatos sobre a diversificação produtiva no período do defeso. Essas ausências limitam a abrangência da análise da dimensão adaptativa da prática cotidiana, que permanece como agenda para investigações futuras, especialmente estudos longitudinais que acompanhem o defeso amazônico em tempo real. Soma-se a isso a escassez de pesquisas voltadas especificamente à pesca artesanal, o que restringiu o aprofundamento teórico sobre determinadas práticas. Ainda assim, ao evidenciar as práticas contábeis mobilizadas por pescadores da região do Marajó, o estudo abre caminhos para a ampliação do campo contábil ao trazer à tona práticas historicamente invisibilizadas e epistemologicamente ainda marginalizadas.

Os relatos analisados mostram que, para os pescadores artesanais, “desempenho” não se traduz em margem de lucro ou produtividade mensurada, mas na capacidade de garantir a subsistência da família, manter as redes de

troca e viver com dignidade em harmonia com os ciclos da natureza. Nesse sentido, este estudo convida a contabilidade a repensar suas métricas: como contabilizar o suficiente? Como mensurar o valor das trocas não monetárias, do tempo compartilhado e do alimento pescado para consumo direto? Mais do que propor indicadores de desempenho a serem adotados pelos pescadores, é necessário que a própria contabilidade se disponha a aprender com essas experiências, desenvolvendo formas de registro e avaliação coerentes com lógicas de vida baseadas na suficiência, na reciprocidade e na sustentabilidade local.

Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar a investigação sobre os sentidos e os significados atribuídos à contabilidade por populações tradicionais, com base em abordagens etnográficas e fenomenológicas. Estudos comparativos entre comunidades com diferentes inserções

territoriais (ribeirinhas, costeiras e urbanas) podem ampliar a compreensão da diversidade de práticas. Além disso, recomenda-se a adoção de perspectivas interseccionais que considerem gênero, geração e raça como elementos estruturantes das práticas contábeis locais. Também se aponta a importância de desenvolver metodologias participativas para a construção coletiva de instrumentos contábeis, respeitando os saberes locais e fortalecendo a gestão autônoma dos territórios. Ademais, destaca-se a urgência de uma revisão crítica dos currículos acadêmicos da área contábil, conforme já evidenciado por Mendes et al. (2020), Sauerbronn et al. (2023) e Vera-Colina et al. (2025), com vistas a superar a hegemonia de modelos normativos e instrumentalizados e a promover epistemologias plurais, sensíveis e situadas.

## REFERÊNCIAS

- Ahrens, T., & Chapman, C. S. (2007). Management accounting as practice. *Accounting, Organizations and Society*, 32(1-2), 1-27. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.013>
- Antonelli, V., & Sargiacomo, M. (2015). Alberto Ceccherelli (1885-1958): Pioneer in the history of accounting practice and leader in international dissemination. *Accounting History Review*, 25(2), 121-144. <https://doi.org/10.1080/21552851.2015.1046890>
- Borges, K. N., Brito, M. B., & Bautista, H. P. (2008). Políticas públicas e proteção dos saberes das comunidades tradicionais RDE – *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 10(18), 87-99. <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1041>
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3. ed.). Companhia das Letras.
- Brasil. (2007). *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm)
- Brasil. (2016). *Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm)
- Brasil. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. (2023). *Pescadores artesanais: conheça o trabalho desses profissionais que vivem da pesca e mantêm uma relação de carinho com a natureza*. <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/pescadores-artesanais-conheca-o-trabalho-desses-profissionais-que-vivem-da-pesca-e-mantem-uma-relacao-de-carinho-com-a-natureza>
- Buhr, N. (2011). Indigenous peoples in the accounting literature: Time for a plot change and some Canadian suggestions. *Accounting History*, 16(2), 139-160. <https://doi.org/10.1177/1032373210396334>
- Caetano, E., & Neves, C. E. P. (2014). Entre cheias e vazantes: Trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da Baixada Cuiabana. *Revista de Educação Pública*, 23(53/2), 595-613. <https://doi.org/10.29286/rep.v23i53/2.1756>
- Cintra, Y. C., Haslam, J., & Sauerbronn, F. F. (2022). Developing appreciation of emancipatory accounting through empirical research: Issues of method. *Journal of Contemporary Administration*, 26(Sup. 1), e210009. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210009.en>
- Dey, C. (2017). Ethnography, ethnomethodology and anthropology studies in accounting. In Z. Hoque, L. D. Parker, M. A. Covaleski, & K. Haynes, *The Routledge Companion to Qualitative Accounting Research Methods* (1st ed., p. 566). London: Routledge.
- Domingos, J. V. M., & Braga Junior, S. A. M. (2024). Comunidades tradicionais da pesca artesanal e política estadual de desenvolvimento sustentável da pesca e aqüicultura do RN: uma análise à luz do decreto nº 6.040/2007. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, 22(1), 772-793. <https://doi.org/10.55905/oelv22n1-041>
- Estumano, E. M., Silva, J. B., & Furtado, L. F. G. (2022). Tradições de conhecimento: Notas sobre os fundamentos da comunicação humana. *Revista Educação e Fronteiras*, 12, e023007. <https://doi.org/10.30612/eduf.v12i00.9701>
- Fernandes, F. F., & Aguiar, M. R. (2020). Saberes e práticas tradicionais na Amazônia: oralidade e experiência como formas de aprendizagem. *Revista Cocar*, 14(29), 192-210. <https://doi.org/10.18661/2317-5737.cocar.v14n29p192-210>
- Fernandes, F. F., Fernandes, R. F., Silva, J. E. C., & Nascimento, A. S. (2021). Cosmovisões e práticas tradicionais amazônicas: a oralidade como fundamento epistemológico. *Educação e Contemporaneidade*, 30(61), 50-67. <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n61.p50-67>
- Fernandes, J. G. S. (2009). Saberes das populações tradicionais e periféricas. *Revista Cocar*, 6, 59-65. <https://periodicos.uempa.br/index.php/cocar/article/view/25>



- Fernandes, J. S. N., & Moser, L. (2021). Comunidades tradicionais a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. *Revista Katálysis*, 24(3), 532–541. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79717532>
- Finau, G., & Scobie, M. (2022). Indigenous accounting during crisis: COVID-19 and economies of care. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 35(8), 1914–1938. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-11-2020-4995>
- Fiorentina, L. M., & Jumaidi, L. T. (2024). Accounting practices in the Barapan Kebo custom in Sumbawa Regency. *Formosa Journal of Multidisciplinary Research*, 3(3), 807–830. <https://doi.org/10.55927/fjmr.v3i3.8567>
- Fukofuka, P., Scobie, M., & Finau, G. (2023). Indigenous practices of accounting on the ground: a Bourdieusian perspective. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 36(1), 96–119. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-11-2021-5529>
- Fukofuka, V., & Yong, S. (2023). Decolonising accounting: Pacific perspectives on practice and resilience. *Pacific Accounting Review*, 35(2), 145–165. <https://doi.org/10.1108/PAR-04-2022-006>
- Gallhofer, S., & Chew, A. (2000). Introduction: Accounting and Indigenous Peoples. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 13(3), 256–267. <https://doi.org/10.1108/09513570010334081>
- Heikkilä, T. (2023). The heart and soil of value-based business: emerging circular business network and vernacular accountings. *Accounting Forum*, 47(4), 614–645. <https://doi.org/10.1080/01559982.2023.2185851>
- Hillen, C., & Lavarda, C. E. (2020). Orçamento e ciclo de vida em empresas familiares em processo de sucessão. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(83), 212–227. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201909600>
- Holstein, J.A., & Gubrium, J.F. (1997). The Active Interview. In D. Silverman. *Qualitative Research Methods*, 2nd Ed., Chapter 8. Sage.
- Jayasinghe, K., & Thomas, D. (2009). The preservation of indigenous accounting systems in a subaltern community. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(3), 351–378. <https://doi.org/10.1108/09513570910945601>
- Lima, J. P. R., Casa Nova, S. P. C., Sauerbronn, F. F., & Castañeda, M. (2022). “Is it just a little flu”? Producing a news-based counter account on Covid-19 discursive crises in Brazil. *Accounting Forum*, 48(3), 457–481. <https://doi.org/10.1080/01559982.2022.2149441>
- Lourenço, R. L., & Sauerbronn, F. F. (2016). Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: Em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(28), 99–122. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n28p99>
- Mahameed, A. M., Belal, A., Gebreiter, F. and Lowe, A. (2021), “Social accounting in the context of profound political, social and economic crisis: the case of the Arab Spring”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 34(5), 1080–1108. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2019-4129>
- Major, M. J. (2017). Positivism and “alternative” accounting research. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(74), 173–178. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201790190>
- Martinez, D., & Himick, D. (2023). Accounting, indigeneity, and ontological politics: Reworlding accountability. *Critical Perspectives on Accounting*, 94, 102335. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2023.102335>
- Mendes, D., Fonseca, A. C. P. D., & Sauerbronn, F. F. (2020). Modes of ideology and coloniality in the accounting textbook. *Education Policy Analysis Archives*, 28, 99. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5061>
- Ministério da Pesca e Aquicultura. (2024). *Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira*. <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>
- Morales, U. S. (2018). *Caracterização da pesca e produção pesqueira no médio Araguaí, Ferreira Gomes, Amapá, Brasil*. 1 CD-ROM. <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/4501103>
- Moreira, E., Pinho, L. G., & Timóteo, G. M. (2024). Entre direitos costumeiros e saberes e fazeres: O subcircuito da pesca artesanal de rio em Gargaú, RJ. *Revista Interface*, 34(1), 135–160. <https://doi.org/10.60001/ricla.v34.n1.7>
- Mustafa, H. A. (2009). Accounting practices in a marginalized context: The case of the Bedouins in Jordan. *International Review of Business Research Papers*, 5(3), 364–376.
- Narayan, A. K., & Oru, M. (2024). Accounting as a social and moral practice: bridging cultures, balancing Indigenous factors, and fostering social accountability. *Meditari Accountancy Research*, 32(5), 1734–1757. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2023-2044>
- Nascimento, C. D. (2007). Importância do uso da contabilidade para a atividade aquícola catarinense [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/125633>
- Normyle, A., Vardon, M., & Doran, B. (2023). Aligning Indigenous values and cultural ecosystem services for ecosystem accounting: A review. *Ecosystem Services*, 59, 101502. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2022.101502>
- Oliveira, M. V. & Alves, A. B. (2021). Saberes e práticas socioambientais na pesca artesanal do caranguejo-uçá na Amazônia Bragantina (Pontinha do Bacuriteua-PA). *Nova Revista Amazônica*, 9(1), 111–130. <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v9i1.10033>
- Perakyla, A. (1997). Reliability and validity in research based on naturally occurring social interaction. In D. Silverman. *Qualitative Research Methods*, 2nd Ed., Chapter 15. Sage.
- Pratama, D., Prastiwi, I., & Ardianti, R. I. (2019). Accounting for fishermen tribe using (an ethnographic approach). In Z. D. Rusnalasari et al. (Eds.), *Proceedings of the International Conference on Business, Law & Pedagogy (ICBLP)* (pp. 1–5). EAI. <https://doi.org/10.4108/eai.13-2-2019.2286070>
- Qu, S. Q., & Dumay, J. (2011). The qualitative research interviews. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 8(3), 238–264. <https://doi.org/10.1108/11766091111162070>
- Robson, K., & Ezzamel, M. (2023). The cultural fields of accounting practices: Institutionalization and accounting changes beyond the organization. *Accounting, Organizations and Society*, 104, 101379. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2022.101379>



- Roberts, D.H. (2020). U.S. public accounting practice and intergenerational occupation transfer 1850-1870. *The Accounting Historians Journal*, 47(2), 21–33. <https://doi.org/10.2308/AAHJ-17-006>
- Saldaña, J. M. D. S. (2009). *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. SAGE Publications.
- Salgado, J. M. D. S. (2021). A contabilidade e a pesca: evolução da práticas contabilísticas adotadas no setor da pesca entre 1933-1974 [Tese de Doutorado]. Universidade do Minho.
- Sauerbronn, F. F., Ayres, M. E., Silva, A. M. D. M., & Lourenço, L. C. (2024). Decolonial studies in accounting? Emerging contributions from Latin America. *Critical Perspectives on Accounting*, 99, 102281. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2020.102281>
- Sauerbronn, F. F., Lima, J. P. R., & Faria, A. (2023). Decolonizando–recolonizando currículo em gestão e contabilidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(6), e230050. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023230050.por>
- Shiraishi Neto, J., Lima, R. M., & Alcobaça, L. E. (2018). Saberes e práticas tradicionais em movimento: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global. *Novos Cadernos NAEA*, 21(1), 99–115. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.5479>
- Silva, R. S., Rocha, S. A., & Oliveira, F. P. (2024). Entre afetos e pescarias: Transgeracionalidade dos saberes tradicionais entre as mulheres pescadoras na comunidade Segredinho/Capanema-PA. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, 6(2), 1–25. <https://doi.org/10.56579/rei.v6i2.1155>
- Tracy, S. J. (2010). Qualitative Quality: Eight “Big-Tent” Criteria for Excellent Qualitative Research. *Qualitative Inquiry*, 16(10), 837–851. <https://doi.org/10.1177/1077800410383121>
- Tiriba, L., & Fischer, M. C. B. (2015). Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. *Revista de Educação Pública*, 24(56), 405–428. <https://doi.org/10.29286/rep.v24i56.2440>
- Vasconcelos, A. (2025). Além dos números: por uma abordagem crítica e cultural em contabilidade, finanças e atuária. *Revista Contabilidade & Finanças*, 36(97), e9048. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20249048.pt>
- VeraColina, M. A., Casa Nova, S. P. de C., Lima, J. P. R., & Vendramin, E. de O. V. (2025). Counterpedagogies of cruelty: Overcoming marginalization in Colombian accounting academia through feminist solidarity. *Critical Perspectives on Accounting*, 101, 102785. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2024.102785>
- Vidwans, M., & De Silva, T.-A. (2023). Indigenous peoples and accounting: A systematic literature review. *Accounting History*, 28(2), 232–261. <https://doi.org/10.1177/10323732231158406>
- Vieira, N. C., Reis, M. H. A., & Santana, J. D. (2021). Relações de gênero e de geração nas atividades de pesca artesanal de jovens pescadores/as da Amazônia Oriental, Brasil. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 14(43), 22–36. <https://doi.org/10.3895/cgt.v14n43.11732>

#### DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo podem ser disponibilizados a partir de solicitação aos autores.